



“Os Tesouros da América Não Pertencem à Espanha”: interpretações Whigs da Expansão Colonial Ibérica

Filipe Robles¹

RESUMO

Neste artigo, procuraremos responder a seguinte pergunta: como os britânicos perceberam as conexões entre expansão econômica e ordem política no mundo ibérico? Na tentativa de responder a essas indagações, utilizaremos como fonte o livro de um historiador escocês do século XVIII chamado John Campbell. Assim, a hipótese central que defenderemos aqui é que enquanto Campbell narra o desenvolvimento colonial espanhol (e seus erros), ele, ao mesmo tempo, propagava as suas próprias concepções de império comercial, de modo a associar um modelo de expansão econômica marcadamente territorial com uma ordem política baseada na administração ineficiente, quando não, na corrupção.

Palavras-chave: John Campbell. Whig. Expansão Ibérica.

“America’s Treasures Do Not Belong to Spain”: whig interpretations of Iberian Colonial Expansion

ABSTRACT

In this article, I will try to answer your following question: How did the British perceive the connections between economic expansion and political order in the Iberian world? In an attempt to answer these questions, I will use the book of an eighteenth-century Scottish historian called John Campbell. Thus, the central hypothesis that I will argue here is that while Campbell recounted Spanish colonial development (and its errors), he at the same time propagated his own conceptions of commercial empire in order to associate a model of markedly territorial economic expansion with a political order based on inefficient administration, if not on corruption.

Keywords: John Campbell. Whig. Iberian Expansion.

INTRODUÇÃO

“Nada é mais comum do que ouvir a Espanha sendo comparada com uma peneira; o que quer que ela receba, nunca está cheio”. Foi assim que o historiador escocês John Campbell iniciou a sua exposição sobre as causas da decadência espanhola no seu livro *A Concise History of Spanish America* (1740) (CAMPBELL, 1741). Escrevendo antes das principais reformas

¹ Graduado em História pela UFF. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1835564548628218>.



bourbônicas concernentes ao comércio, Campbell criticava a política colonial espanhola, por ela ser pouco vocacionada para ele. Dessa maneira, por maior que fossem as riquezas extraídas da América, elas nunca seriam suficientes para levar este império à prosperidade.

Em acordo com a percepção de Campbell, ilustrados espanhóis, sobretudo da segunda metade do século XVIII, promulgaram medidas a fim de desburocratizar o comércio nas colônias e incentivar a produção das manufaturas espanholas. Apesar de enfraquecer o contrabando e melhorar o abastecimento de suas colônias, a tardança das medidas de livre comércio espanhola fez com que elas não fossem suficientes para colocar a Espanha numa posição capaz de rivalizar novamente com o império comercial britânico.

O COMÉRCIO NA AMÉRICA ESPANHOLA

Em seu clássico trabalho *The Passions and The Interests* (2002) o economista Albert Hirschmann investigou a gênese do “espírito do capitalismo”. Em sua análise, ele se preocupou em entender como paixões que eram tão criticadas desde o tempo de Santo Agostinho foram canalizadas para produzir “interesses”². Além disso, Hirschman respondeu uma questão até então mal explorada pelas ciências sociais, a ver: como a expansão econômica dos séculos XVII e XVIII impactaram a ordem política das nações européias?

Sem dúvida, a instigante investigação realizada por Hirschman praticamente esgotou esta questão, não sendo assim de grande utilidade tratarmos aqui de acréscimos ou contestações de qualquer natureza. No entanto, ao pôr de maneira original um problema até então não tão bem analisado pelas mais diversas áreas de conhecimento, o autor nos instiga a fazer perguntas correlatas. Poderíamos, por exemplo, questionamo-nos sobre as auto-percepções do impacto político causado por esse crescimento econômico. Ou ainda, num esforço de explorar as conexões entre a Grã-Bretanha e o mundo ibérico, podemos adentrar a porta aberta por Hirschman na seguinte direção: como os britânicos perceberam as conexões entre expansão econômica e ordem política no mundo ibérico?

Na tentativa responder essas indagações, utilizaremos como fonte o livro de um historiador escocês do século XVIII e, da reflexão dele, elucidaremos o nosso ponto. Trata-se de John Campbell, autor de obras com representações negativas da Espanha e da América Espanhola, tais quais: “*The present state of Europe*”, (CAMPBELL, 1750) “*The modern part of the Universal History*” (CAMPBELL, 1764) e - aquela que analisaremos mais

² Termo inicialmente entendido como “paixão compensatória”, mas que depois foi se tornando sinônimo de aspirações, ambições ou vantagem econômica.



aprofundadamente- “*A Concise History of Spanish America*” (CAMPBELL, 1741). Neste livro, o autor rastreia os erros da política colonial espanhola e analisa como eles levaram a decadência econômica deste império. Assim, a hipótese central que defenderemos aqui é que enquanto Campbell narrava o desenvolvimento colonial espanhol (e seus erros), ele, ao mesmo tempo, propagava as suas próprias concepções de império comercial, de modo a associar um modelo de expansão econômica marcadamente territorial com uma ordem política caçada na administração ineficiente, quando não, na corrupção.

Com efeito, John Campbell foi um historiador escocês e, junto com William Robertson, um dos principais responsáveis por disseminar, na historiografia, as visões etnocentristas e depreciativas sobre portugueses e espanhóis que dominaram a bibliografia sobre o assunto no século XIX (KAGAN, 1996). Em *A Concise History*, mais especificamente no prefácio, Campbell afirmou que suas intenções com o livro eram basicamente duas. A primeira era familiarizar a “opinião pública” britânica com a situação das Índias Ocidentais Espanholas. Já a segunda era contribuir para dar aos seus leitores uma visão bastante razoável da história, do estado presente e da natureza do comércio nas possessões espanholas.

Ainda no prefácio, Campbell explicitou que sua exposição dos processos de conquista espanhola tinha a finalidade de rastrear os primeiros passos errados de um longo processo de colonização. Trata-se de um tipo de historicidade baseado na genealogia, em que se imagina perceber um movimento da história e que as fortunas ou desfortunas do presente podem ser vistas como consequências de linhas de atuação iniciadas no passado. Em outras palavras, estamos falando daquilo que Hayden White, em tom crítico, chamou de “continuidade especiosa entre o mundo atual e o mundo que o antecedeu”.(WHITE, 1994)

Além disso, o historiador sublinhou a importância política de sua obra. Ela foi publicada no ano de 1741 -e provavelmente foi escrito antes de 1740- quando já havia se iniciado a guerra de sucessão austríaca que contrapôs França e Espanha contra Reino Unido e República Holandesa, prenunciando a guerra dos sete anos na década seguinte (TENENTI, 2003). Para o historiador M.S. Anderson, houveram três principais fontes de tensão naquele período. Primeiramente, a tradicional rivalidade entre Bourbons e Habsburgos. Em segundo lugar, a “Sanção Pragmática”- que instituía, na prática, que a sucessora do Império Habsburgo, após a morte de Carlos VI, seria sua filha Maria Teresa- não fora respeitada. Por último, uma vez que França e Espanha (Bourbons) estavam contra os Austríacos desde 1690, havia se configurado uma aliança tácita entre Habsburgos e Hanôveres (Reino Unido), levando a entrada dos britânicos no conflito. Ainda, Anderson acrescenta como fator importante as



tensões da guerra anglo-hispânica de novembro de 1739, fortemente disparada pelas políticas protecionistas espanholas nas Américas que, por exemplo, proibia que ingleses comerciassem em suas terras (ANDERSON, 1995). Nesse contexto de acirramento de rivalidades anglo-espanholas que Campbell escreveu:

This, instead of turning to our Prejudice, must necessarily prove our greatest Advantage, since, of all the Nations in Europe, we are most capable of doing them [to Spanish] either Good or Hurt. As an Ally, we are more concerned than any other to protect and to promote their Interests, because they never can interfere with ours; and in respect to Commerce, we can supply their Wants cheaper and more effectually than any other Nation, and also take more of their Goods in Return. On the other hand, in a variance, we can at any Time defeat all their Projects in Europe, and in a great measure cut off their Intercourse with America³ (CAMPBELL, 1741, Prefácio).

Dois pontos devem ser destacados nesse trecho. De um lado, o historiador escocês sugere ser necessário pôr de lado os preconceitos sobre a Espanha, não para reconhecer as virtudes dela mas para provar a superioridade britânica, seja com a capacidade de ações políticas seja descrevendo-as como ele próprio fez. Além disso, ele aparentemente escreveu essas linhas em tempos de paz (já que trata os conflitos como uma possibilidade) e, portanto antes de novembro de 1739. Por fim, ele vislumbrava duas possibilidades de relação anglo-espanholas: (a) uma enquanto aliados, em que a Grã-Bretanha, exerceria o papel que há muito fora dos holandeses, ou seja, de suprir impérios que investem pouco em manufaturas em suas necessidade, com baixo preço e eficiência⁴; e (b) outra enquanto inimigos, quando, segundo ele, a Grã-Bretanha seria capaz de frustrar todas as ambições hispânicas, seja na Europa, seja na América.

Em sua *Concise History*, Campbell trata da História da América Espanhola desde a conquista e colonização, até a situação atual de comércio e contrabando realizado junto às demais potências européias, terminando, ao fim, com um apêndice sobre o Paraguai. Estruturalmente, a obra é dividida em 3 livros, com: 8 capítulos no primeiro, 18 no segundo e 3 no terceiro, além do apêndice. Nos capítulos um e dois do último volume, Campbell se dedica

³ CAMPBELL, J. **A Concise History of Spanish America**, 1741. prefácio. Tradução Livre: “Isso, em vez de recorrer ao nosso Preconceito, temos necessariamente que provar a nossa superioridade, uma vez que, de todas as nações da Europa, somos mais capazes de fazê-los bem ou mal. Como aliados, estamos mais preocupados do que qualquer outro em proteger e promover seus interesses, porque eles nunca poderão interferir nos nossos; e em relação ao Comércio, podemos fornecer seus suprimentos mais baratos e mais eficazmente do que qualquer outra Nação, e compra mais de seus produtos em retorno. Por outro lado, se a situação mudar, podemos a qualquer momento derrotar todos os seus projetos na Europa e, em grande medida, prejudicar sua atuação na América.”

⁴ O que dialoga perfeitamente com o prognóstico do embaixador William Temple feito em fins do século XVII, no qual ele previa que o tempo das pequenas repúblicas comerciais que supriam impérios territoriais com suas manufaturas estava acabando, elas seriam substituídas pela hegemonia dos impérios que são eles próprios impulsionadores do comércio, são impérios comerciais.



especificamente ao comércio (capítulo 1) e aos meios utilizados nele (capítulo 2), em especial daquele feito entre a Espanha e suas colônias.

Ao começar a parte destinada à análise da situação presente do comércio, Campbell aponta para o rigor dos espanhóis com os estrangeiros que penetravam em seus territórios. A tese inicial do autor é a de que tinha sido sempre uma característica da política imperial espanhola preservar a qualquer custo aquilo que acostumou-se chamar de “exclusivo colonial”, preservando não só a exclusividade do comércio com a metrópole, mas principalmente com a coroa espanhola. Ele evidencia isso com o exemplo do controle excessivo da entrada de estrangeiros em todas as partes do território espanhol que, paradoxalmente, tinha pouca eficácia. Tão grande era a imigração, ele afirma, e dada a necessidade de agrupar tropas francesas durante a guerra de sucessão espanhola, que os espanhóis foram obrigados a relaxar a fiscalização nas fronteiras. No entanto, ele repara, tão logo o Rei Filipe V de Espanha (Bourbon) desenvolveu a marinha espanhola, a política fechada de imigração voltou com bastante força, levando-o a mandar as tropas francesas que estavam em seu território de volta para a França.

Uma característica desta política fechada (ainda que para padrões coloniais) que preocupava o historiador era o controle que a própria coroa exercia sobre todo comércio feito na América. Segundo ele, tudo era dirigido pela coroa. E é esse aspecto e as consequências dele que Campbell procurou descrever e analisar. Ademais, o questionamento ao sistema colonial era também dirigido às colônias britânicas. Josiah Tucker, grande crítico da regulação do comércio colonial, via que, do ponto de vista de uma metrópole, o exclusivismo era uma desvantagem (CROWLEY, 1990). Segundo seu raciocínio, se há mercados para se comprar matéria-prima boa e barata ou para se vender manufaturas, a Inglaterra não deveria estar presa às suas colônias. Nesse sentido, a ideia de que a Grã-Bretanha deveria comprar matéria-prima de quaisquer que fossem as colônias, tendo como único critério o pragmatismo do melhor preço e da melhor qualidade, era assim frustrada pela política reguladora do império espanhol que Campbell bem descreveu (SEMMEL, 1970).

Ao criticar a postura da coroa espanhola no que concerne ao controle do comércio com as colônias, Campbell toma partido num profícuo debate de seu tempo. Muitos pensadores do século XVIII se pronunciaram a respeito das vantagens e desvantagens do sistema colonial. Em resumo, nomes como o próprio Josiah Tucker e o influente Adam Smith eram críticos do sistema. O primeiro, mercantilista, rompia com o cânone do mercantilismo que afirmava que as colônias, bem como, o exclusivismo colonial eram importantes para pôr em prática o princípio

de auto-suficiência do império. O autor entendia que a busca por matéria-prima não deveria dar prioridade às colônias, embora concordasse que elas eram um importante e amplo mercado consumidor das manufaturas inglesas. Sendo ainda um profundo crítico dos custos que a regulação do comércio com elas poderia trazer, tendia a relativizar, quando não a criticar a existência do sistema colonial (SEMMELE, 1970).

O historiador J.G.A. Pocock lembra (POCOCK, 2013), nesse sentido, que respondendo à afirmação de Benjamin Franklin de que o centro do império britânico poderia ser deslocado para América dado o discrepante crescimento populacional desta, Tucker respondeu, de maneira caústica, que preferia ser colônia dos Franceses do que dos Americanos, reafirmando seu relativo desprendimento com as possessões coloniais britânicas.

Já Adam Smith, ícone do liberalismo, fez a primeira crítica frontal ao sistema colonial; porém não recorreu, como Tucker, ao instrumental teórico do mercantilismo, e sim, em grande medida, neste ponto, aos fisiocratas franceses. Um dos seus argumentos era que o sistema mercantil colonial foi construído a partir de monopólios dados às companhias de comércio e privilégios peculiares, nem sempre benéficos à nação (SEMMELE, 1970). Assim, ele conclui que, embora isso contrariasse os interesses da classe política britânica, seria de grande interesse para todos seus compatriotas se a Grã-Bretanha concedesse a independência às suas colônias (SEMMELE, 1970). Do outro lado do debate, Edmund Burke, defensor das colônias e do sistema colonial, enfatizava a importância delas para a defesa do império (SEMMELE, 1970). Em conclusão, aquilo que os dois primeiros autores condenavam para o império britânico, Campbell via como política entusiástica dos espanhóis e, ao longo do texto, como discutiremos, ele demonstrou que isso era uma causa da ineficiência comercial deste império (SEMMELE, 1970). Ao iniciar seu capítulo sobre o comércio (Livro 3, Capítulo 2), John Campbell afirmou ter adotado uma técnica de exposição bastante específica: ele escolheu primeiro os aspectos particulares do comércio da Espanha com suas colônias (CAMPBELL, 1741).

Entre as convenções epocais do tipo de texto que Campbell escreveu- o que inclui compêndios de relatos de viagem- estava a tendência a enfatizar antes os aspectos gerais, quando não disseminar preconceitos, e depois adicionar os detalhes. Por exemplo, Edmund Burke em seu *Account* (1757) faz exatamente isso (BURKE, 1757). Ao contrário, Campbell, no lugar de fazer um relato característico do comércio espanhol, tratou dos métodos de comércio e dos transportes (tipos de navio) para depois expor as suas conclusões gerais. Para ele, ao descrever exaustivamente os seus detalhes, ele já estaria dando conta do “mistério da política comercial espanhola”.



Essa é uma abordagem de escrita razoavelmente frequente entre historiadores, mesmo entre aqueles do século XVIII. Consiste basicamente em apresentar todas as evidências ostensivamente antes das conclusões e hipótese, porque às vezes isso pode ser muito vantajoso. No caso específico de *A Concise History of America*, ao expor de forma detalhada e até exaustiva todos os meandros das rotas, do uso e dos tipos de navio, das taxações, da alfândega e das licenças pelas quais passa os mercadores espanhóis, ele já pré-nunciava uma das suas principais teses: o excesso de regulamentações da política comercial da coroa espanhola atrapalhava os comerciantes espanhóis e tornava as colônias dependentes do comércio estrangeiro extremamente restritivo.

Tomemos como exemplo a sua descrição dos uso dos navios, pois dela poderemos vislumbrar alguns pontos de sua concepção de economia política. Por exemplo, ele descreve o uso de navios como: galeões, flota, flotilla, etc. Estes primeiros eram navios de guerra espanhóis, ele nota, mas que eram utilizados no comércio em tempos de paz. Os Galeões eram navios muito grandes, o que fornecia espaço para muitas mercadorias e grande capacidade de defesa, porém essa mesma vantagem os impossibilitava de fazer longas viagens. Nesse ponto, Campbell escolhe observar um tópico recorrente nos tratados de comércio: a relação entre guerra e comércio (CAMPBELL, 1741). Essa relação era explorada pelos ingleses, vide a íntima relação entre marinha de guerra e marinha mercante inglesa, em que os marinheiros e cirurgiões de guerra eram utilizados no comércio em tempos de paz, ao passo que a marinha mercante sempre treinava e mantinha uma quantidade considerável de mão-de-obra qualificada para o caso de uma guerra. Contudo, Campbell percebia que para se tirar proveito dos resíduos de guerra para beneficiar o comércio era preciso corrigir certos vícios, como veremos a seguir, continuando com a análise de sua obra.

“CERIMÔNIA DA LICENÇAS” E “CONIVÊNCIA DOS GOVERNADORES”: COMO OS ESPANHÓIS BENEFICIARAM SEUS INIMIGOS

Esse livro foi publicado em 1741, portanto antes da guerra dos sete anos que mudou significativamente as relações entre guerra e comércio na Grã-Bretanha, senão em toda a Europa. Antes de 1756, o império britânico era pequeno e suas forças armadas eram compatíveis com sua extensão. As guerras eram utilizadas, muitas vezes, não para expandir seu território, mas para conseguir acordos comerciais. Depois de 1763, a Grã-Bretanha tinha as mais poderosas forças armadas do mundo e se tornara, na visão de muitos, um império sustentado essencialmente pela força das armas, como qualquer um de seus antecessores ou



concorrentes (CAMPBELL, 1741). Podemos, nesse sentido, afirmar que, com a guerra dos sete anos, ocorreu uma primeira ferida narcísica no Império Britânico, na medida em que abalou as suas crenças de que era um império único, propagador da liberdade e do comércio, distinto do império espanhol ou do antigo império romano, ambos assentados na lógica da conquista (CAMPBELL, 1741).

No entanto, no contexto de Campbell e seu livro, as guerras não eram percebidas como incompatíveis com um ideal de nação comercial (que Campbell, como veremos, era certamente tributário). Na realidade, em muitos casos elas poderiam ser impulsionadoras dele, como no exemplo citado da marinha mercante ou no Tratado de Utrecht, feito após a guerra de sucessão espanhola, em que a Grã-Bretanha conseguiu a permissão para comerciar escravos com as colônia espanholas (o *asiento*). Dessa maneira, Campbell avaliou positivamente o fato dos espanhóis saberem tirar proveitos dessas duas esferas: a guerra e o comércio.

Mas se o historiador era capaz de reconhecer às vezes os pontos fortes da política comercial espanhola, ao compará-la com a de outros países seus elogios devem ser relativizados. Como expomos, depois da guerra de sucessão espanhola, Grã-Bretanha adquiriu o direito do *asiento* e, para Campbell, isso produziu um ganho de produtividade no comércio: “What surprizes me more, is the bold Declaration of a certain French Writer, that our Asiento Company [South Sea Company] entered readily into these Spanish Customs, and even out-did the Spaniards themselves in a Craft which they had both studied and practided for many Years”⁵ (CAMPBELL, 1741, p. 286).

A primeira razão que ele expõe para isso é que os ingleses e holandeses pela força e pelo seu “temperamento ágil” passaram a frente dos espanhóis no comércio de escravos e de muitas outras mercadorias. Além disso, Campbell apontou para burocracia e para corrupção das autoridades espanholas fatores de desvantagens em relação aos ingleses e holandeses. Nas palavras do texto, a “cerimônia das licenças” (expediente burocrático as quais os estrangeiros, na maioria das vezes, não se submetiam) e a “conivência dos governadores” (a corte espanhola precisou trocar os governadores) eram os dois principais elementos que explicavam racionalmente o fato de que o comércio realizado pelos espanhóis terem sido facilmente superados pela britânica *South Sea Company* (SWINGEN, 2015).

⁵ CAMPBELL, J. A **Concise History of Spanish America**. 1741, p. 286. Tradução Livre: “O que mais me surpreende é a ousada declaração de um certo escritor francês, de que nossa Companhia Asiento absorveu rapidamente os costumes espanhóis, e até mesmo superaram num ofício no qual os próprios espanhóis tinham estudado e praticado por muitos anos”.



A problemática da burocracia e da corrupção na América Espanhola já foi amplamente explorada tanto por fontes ibéricas quanto por observadores estrangeiros ou mesmo historiadores que hoje se dedicam a este tema. Em algumas perspectivas, alguns apontam que a corrupção foi gradualmente se intensificando, de modo que se nos séculos XVI e XVII eram pontuais e episódicas, nos setecentos, ela se tornou estrutural, comprometendo a eficácia da administração colonial (ROMEIRO, 2017). Diferentemente de historiadores filiados à matriz weberiana e ao nosso Sérgio Buarque de Hollanda, autores dessa linha, assim como Campbell, não associavam a corrupção e a burocracia à cultura política dessas sociedades (ou ao “caráter” do povo, como aparecem nas fontes que tem sido analisadas), mas apenas a um sistema administrativo pouco eficiente.

Nessa medida, para o historiador Horst Pietchsmann (PIETCHSMANN, 1982), que fez uma história social dos funcionários da administração no novo mundo, entre aqueles que desembarcavam no ultramar, estavam pessoas que eram geralmente ambiciosas e que buscavam na América as chances de ascensão social que talvez fossem impensáveis na Espanha ou em Portugal. Eram ainda, como colocou Romeiro: frequentemente mal remunerados, adquiriam grandes dívidas por conta dos altos custos das viagens e deslocamento até o novo mundo, tinham uma mentalidade tributária de um ideal conquista que cada vez mais se convertia em conquista de glória por meio da aquisição de riquezas e terras⁶. Esses espanhóis e portugueses, para realizar seus objetivos iniciais, lançavam-se em atividades econômicas legais e ilegais (ROMEIRO, 2017). Como funcionários da administração, a parte ilegal delas frequentemente se relacionava com o comércio e as licenças para realizá-lo.

Há ainda outros aspectos da “cerimônia das licenças” e da “conivência dos governadores” que merecem ser destacados. O primeiro deles é a relação entre as coroas ibéricas e o contrabando. Alguns tipos de contrabando eram tolerados pelas autoridades metropolitanas, sobretudo pela coroa portuguesa, já outros estavam sujeitos a dura perseguição. O comércio ilegal que foi consentido era um comércio controlado, permitido por pessoas com funções oficiais como a de governadores que, em vez combatê-lo, eram coniventes ou mesmo corruptas quanto a sua prática. Ernst Pinjing, observando as circunstâncias sociais de pessoas que conseguiam contrabandear sem serem perseguidas, procurou demonstrar que a chave para conivência das autoridades estava mais no *status* dos envolvidos do que nas questões éticas ou morais (PINJING, 2001). Tinham tratamento privilegiado aqueles que: 1) por razões geopolíticas, tinham suas atividades ilegais negligenciadas (por exemplo, Portugal no século

⁶ Podemos lembrar da “nobreza da terra”, de Evaldo Cabral de Mello Neto.



XVIII, na prática, permitia comércio de ouro para Inglaterra); 2) eram parte integrante de uma rede metropolitana de contrabando, o que fazia da sua perseguição a consequente perseguição à gente de grande status na Metrópole; 3) contribuíam para o interesse econômico e regional da coroa, como o contrabando de prata, via colônia do sacramento (PINJING, 2001).

Um meio de justificação para participação de ingleses no comércio ilegal ibérico foi a desqualificação dos próprios ibéricos e de suas intuições. Como exemplo disso, Pinjning oferece o relato de um viajante inglês do século XVIII que esteve na Conchinchina:

They are very indolent, very jealous of each other, and very superstitious. The day is divided between sleep and ceremony, and mutual distrust is but ill suited for the pleasures of social intercourse. In fact, the minds of the mass of the people are not sufficiently cultivated to feel any relish for them; for it is a certain truth, as a great moralist has observed, that “without intelligence man is not social, he is only gregarious (PINJING, 2001, s/p)⁷.

Segundo Pinjning, essas caracterizações negativas, acusações de “indolência” e inabilidade para o convívio social- o que inclui o comércio- tinham o papel de dar legitimidade para os britânicos conduzirem atividades consideradas ilegais pelas leis daquelas nações “atrasadas”. Apesar de justificar a prática, notemos que o viajante aciona a ideia, como também Campbell, de que o contrabando está ligado a sociedades arcaicas, sem virtude e pouco vocacionada para o comércio.

Nesse sentido, devemos notar uma noção de corrupção muito própria da época moderna, que entendia a corrupção dos indivíduos corrompia as estruturas sociais e não ao contrário, como seria ao gosto de Jean Jacques Rousseau (ROMEIRO, 2017). Antes mesmo da disseminação do uso do vocabulário “corrupção”, que o próprio Campbell não utilizou, um conjunto de práticas relacionadas à corrupção eram percebidas, registradas e condenadas, tais como: “abusos”, “ilicitudes”, “excessos”, “conivências” e “venalidade”. Elas todas eram vistas como uma “doença do corpo político” (ROMEIRO, 2017).

Por outro lado, há uma outra perspectiva que não considera exatamente que a sociedade corrompe os indivíduos, mas afirma que a permissividade das instâncias de poder ajudaria na generalização da corrupção. Luciano Figueiredo, ao lembrar do “Sermão do Bom Ladrão” do Padre Antônio Vieira, coloca que o jesuíta “ataca a corrupção governamental, assinalando que o problema da distância e da demora dos meios de coação provocam a

⁷ Tradução Livre: “Eles são muito indolentes, muito invejosos e supersticiosos. O dia é dividido entre o sono e a cerimônia, o que não possibilita os prazeres do convívio social. Na verdade, as mentes da massa do povo não são suficientemente cultivadas para que se sinta apreço por eles; pois é verdade, como um grande moralista observou, que “sem inteligência o homem não é um ser social, é apenas gregário”.

generalização do furto que, com regularidade, torna-se uma prática legal” (FIGUEIREDO, 2008). Além disso, destacamos um outro aspecto que se associa com a noção de império negociado de Jack Greene, em que se enfatiza a flexibilidade das relações entre centro e periferia (GREENE, 1996). O autor relativiza as relações de poder nos impérios coloniais, indicando a existência de autoridades múltiplas e negociadas que davam não poucos espaços de manobra às elites coloniais (PAMPLONA, 2006). Essa importante linha interpretativa da historiografia contemporânea certamente não encontrava eco na historiografia do século XVIII que aqui estamos observando, uma vez que John Campbell e outros historiadores viam nesses espaços de manobra coloniais menos a evidência de autoridades negociadas e mais de uma coroa que se pretendia controladora mas empregava meios extremamente ineficazes para exercer o seu controle.

A HEGEMONIA PELO CAMINHO ERRADO

No entanto, não era este aspecto de fragmentação do poder que Campbell mais se preocupava. O historiador do século XVIII se espantava, na verdade, com o contraste entre as dispendiosas tentativas de controle feitas pela coroa espanhola e sua ineficiência, resultando na falta de prosperidade das suas colônias. Em outras palavras, ele estava notando que o excesso de “burocracia” não impedia, de forma alguma, o excesso de “corrupção”⁸ e de contrabando, mas prejudicava o comércio.

Como exemplo de burocracia, Campbell contou um episódio. Em certo momento da história recente do império (ele não especifica a data)⁹, os governadores na América Espanhola, depois de sua insistente convivência com o contrabando, foram trocados e, com isso, instituiu-se também as figuras dos guarda-costas e navios de guarda. Esses novos institutos funcionaram no início, uma evidência disso é o fato de que os comerciantes ilegais holandeses e ingleses tiveram que passar a usar da força para garantir a continuidade de contrabando.¹⁰ Porém, a superioridade bélica dos piratas foi decisiva. As embarcações dos contrabandistas holandeses possuíam de 20 a 36 armas a bordo, poderio bélico que anulava a resistência dos governadores espanhóis. Sendo incapazes de resolver o problema da pirataria, os capitães desses navios de guarda espanhóis adotaram uma nova estratégia: enrijecer indiscriminadamente a fiscalização

⁸ Como já dissemos, nem “burocracia” nem “corrupção” são termos utilizados pelo autor.

⁹ Recente tomando como medida 1741, quando é publicado o livro.

¹⁰ Campbell afirma que os holandeses faziam isso mais abertamente, enquanto que o contrabando inglês costumava ser mais velado (p.287)



de todo comércio inglês e dela extrair excedentes de maneira ilegal¹¹: “The Captains of these Guard-Ships however soon altered their Conduct, and instead of taking contraband Traders, infected the English Commerce, and took without Distinction all they were able, at first under very frivolous Pretences, and at last without any Pretence at all”¹² (CAMPBELL, 1741, p. 288).

Em outras palavras, a ineficácia dos instrumentos de controle criados resultou num desmedido e pouco direcionado endurecimento da fiscalização, o que levou a práticas ilegais e o prejuízo do comércio legítimo. No lugar de apontarem o aparato repressivo e burocrático para ações cirúrgicas contra a pirataria, os governos espanhóis escolheram as verificações extensivas e arbitrárias como solução. Para Campbell, esse foi um péssimo desenlace.

Além disso, Campbell, ao comparar a Espanha a uma peneira, ele afirmou que o que quer que a coroa receba das suas colônias não está nunca completo, sempre se perdia algo. A esse respeito, ele não notou apenas as imperfeições de implementação (como a corrupção) nas políticas comerciais necessárias (como controle da pirataria). Mais do que isso, ele criticou as falhas estruturais do projeto de império espanhol, como a de não investir as suas riquezas em manufaturas que trariam mais riquezas. Essa é, em grande medida, a crítica do iluminismo escocês às diversas correntes do mercantilismo: não bastaria apenas acumular riquezas, seria preciso também investi-las.

Apontando dados de entradas e saídas no império espanhol, Campbell notou que os lucros obtidos com as colônias eram consideráveis para a coroa espanhola. Assim, ele sublinhou que os negócios espanhóis conseguiam lucrar anualmente cerca de 30 milhões de libras advindas da extração de prata¹³, o que equivalia ao lucro de duas décadas de exportações de todo tipo em Barbados ou Jamaica- as principais colônias britânicas- no mesmo período (ELTIS, 1995). As colônias britânicas até então não eram tão rentáveis quanto às espanholas, mas a Grã-Bretanha dava melhor uso as riquezas extraídas nela do que a Espanha. Esse era o argumento defendido por Campbell.

Um raciocínio semelhante a esse foi expresso por Adam Smith em suas riquezas das Nações. Ele colocava que, embora as terras das possessões inglesas fossem menos férteis e produtivas, as instituições políticas criadas pelos colonizadores britânicos davam vantagem à

¹¹ Sem risco de anacronismo, podemos notar uma semelhança dessa prática com a das falsas Blitz no Rio de Janeiro contemporâneo, em que policiais corruptos, a pretexto de fiscalizarem práticas ilegais ou irregulares, aproveitam para estorquir pessoas.

¹² CAMPBELL, J. **A Concise History of Spanish America**. Londres, 1741, 288. Tradução Livre: “Os capitães desses navios de guarda, no entanto, logo alteraram sua conduta e, em vez de prenderem contrabandista, afetaram o comércio inglês e tomaram sem distinção tudo o que puderam, a princípio sob pretextos muito frívolos e, finalmente, sem nenhum pretexto”.

¹³ Não sabemos se esse número é referente a um ano.



elas (SMITH, 1996). Nesse mesmo sentido, John Locke proferiu que a Inglaterra jamais fora agraciada com terras férteis, mas pelo comércio, ela poderia ter o fruto das terras de todo mundo (LOCKE, 2005). E, por fim, Bernard Mandeville afirmou que as matéria-primas e o trabalho “são riquezas mais garantidas, inesgotáveis e reais do que o ouro do Brasil ou a prata de Potosí” (MANDEVILLE, 1714).

Com efeito, John Campbell colocou que se depois da conquista da América, a coroa tivesse encorajado o comércio ou as manufaturas, a Espanha teria conseguido a hegemonia europeia pela qual tanto lutou pela via das armas, via esta que só teve como resultado o esvaziamento do seu tesouro. Nota-se aqui que ele vai um pouco além da crítica liberal clássica ao simples entesouramento de riquezas sem destino produtivo. A afirmação do autor, de fato, reverbera mais a concepção whig de estimular o comércio, as manufaturas e valorizar as colônias do que a Tory de acumular riquezas finitas, ou pelo menos, de “vendê-las caro e comprá-las barato” (PINCUS, 2005). Mas além disso, ele toma partido na querela a respeito do papel das guerras e dos acordos advindos delas no enriquecimento das nações. Ao fazer a declaração abaixo, Campbell, ainda que mais próximo deles, distanciou-se da concepção de alguns whigs sobre a guerra: “If after the Discovery of the new World, as the Spaniards justly enough called it, the Government had encouraged Trade or Manufactures, there is great Probability that the supreme Direction of the Affairs of Europe would have fallen into the Blands of the Catholic Kings”¹⁴ (CAMPBELL, 1740, p. 292).

Diferentemente, outros autores como Daniel Defoe colocavam que a expansão das colônias como resultado de guerras tinha consequências benéficas como a expansão do comércio de manufaturas, o aumento do mercado consumidor e dos postos de empregos para os britânicos (DEFOE, 1708). De acordo com Linda Colley, a Guerra de Sucessão Espanhola, a última guerra antes da publicação da *Concise History*, produziu um consenso na opinião pública britânica de que ela foi um triunfo imperial, dado que a Grã-Bretanha recebeu como recompensa da vitória Gibraltar, Minorca, Nova Escócia e outras concessões de comércio na América Espanhola (COLLEY, 1994).

Ademais, se Campbell considerava que as guerras perpetradas pela Espanha na Europa a empobreceram à despeito de suas riquezas coloniais, outros autores viam com temor o domínio Bourbon sobre as possessões espanholas, visto que essas mesmas riquezas poderiam

¹⁴CAMPBELL, J. A *Concise History of America*, 1740, p. 292. Tradução livre: “Se após a descoberta do novo mundo, como os espanhóis justamente dizem, o governo tivesse encorajado o comércio ou as manufaturas, há uma grande probabilidade de que o destino dos assuntos da Europa tivesse caído nas mãos dos reis católicos”.



financiar as ambições de Monarquia Universal do maior rival da Grã-Bretanha, a França. Nesta linha, quando ao francês Jean du Casse foi garantido o *Asiento* para suprir de escravos africanos as colônias espanholas, um whig chamado Thomas Ekines disse que esses procedimentos fariam da França “a amante do comércio das Índias”. De mesmo modo, George Stepney advertiu que se Luis XIV tivesse acesso às Índias espanholas “que forneciam prata e ouro para todo mundo” realizariam facilmente seu sonho de monarquia universal (PINCUS, 2005).

A chave para entender o posicionamento de Campbell está no fato de que, para ele, os reis Habsburgos se preocuparam mais com a conturbada geopolítica européia do que com o desenvolvimento de suas colônias americanas. Esse descaso tornou o império dependente das nações estrangeiras para suprir as necessidades mais básicas de seus vice-reinados. Assim, ele colocou que:

For, if all the Subjects of Spain, without Restraint, had traded to these far distant Regions, this must have created such a maritime Force, as no other Nation could have withstood : Or, supposing the Trade had been restrained as it is at present, yet, if Manufactures had been encouraged, so as that the greated Part of the Trade of the West Indies had been driven without having Recourse to Foreigners, such prodigious Sums of Money must; have rested in Spain, as would have enabled its Monarchs to have given Law to all their Neighbours (CAMPBELL, 1740, p. 293)¹⁵.

Ignorando a evidente, segundo o autor, importância do comércio; os espanhóis deixaram de desenvolver a sua Marinha, de garantir a autossuficiência de suas colônias e de prover os recursos para as suas guerras. Por outro lado, os ingleses fizeram quase que o oposto, já que a manutenção do império foi um tema central nos debates políticos britânicos durante os setecentos. Na Grã-Bretanha, a marinha se destacava por ser uma das forças mais importantes para construção do império britânico desde 1707: um império comercial, que “dominava os mares”. Ora, é evidente que para qualquer império manter uma marinha poderosa e competente, isso será era custoso. Mas a vantagem que a Grã-Bretanha tinha sobre as demais potências é que ela estava constantemente trabalhando no mar, tanto durante as guerras quanto no comércio, e uma atividade auxiliava a outra. A combinação e a complementariedade de estratégias militares e comerciais marítimas foi uma peculiaridade britânica (ESCOSURA, 2004).

A respeito das manufaturas, elas não eram necessárias apenas para autossuficiência das colônias. Na realidade, muitos economistas ingleses enfatizaram a sua importância de

¹⁵ CAMPBELL, J. *Op cit*, p. 293. Tradução Livre: “Pois, se todos os agentes da Espanha, sem restrição, tivessem se enganado no comércio de longa distância, isso teria criado uma Força Marítima, como nenhuma outra nação poderia ter resistido: Ou, supondo que o Comércio tivesse sido restringido como é no presente, ainda, se as Manufaturas tivessem sido encorajadas, de modo que a maior Parte do Comércio das Índias Ocidentais tivesse sido conduzida sem ter Recurso a Estrangeiros, prodigiosas Somas de Dinheiro teriam permanecido na Espanha, bem como, seus monarcas teriam dominado todos os seus vizinhos”



diferentes maneiras. Por exemplo, o whig radical Henry Martin defendeu que deveria se incentivar a produção manufatureira nas próprias colônias, onde a mão-de-obra era mais barata. Essa produção de baixo custo feita no ultramar permitiria liberar a mão-de-obra metropolitana para se concentrar em produzir tecnologias que aumentariam a produtividade geral, como os moinhos, exemplo que ele cita. Por sua vez, essas tecnologias, quando levadas para América, diminuiriam ainda mais o custo da produção, criando assim um ciclo econômico bastante virtuoso (PINCUS, 2012).

Um outro argumento favorável aos investimentos em manufaturas foi dado por Arthur Maynwarning. Ele colocou que se fosse possível tomar para Grã-Bretanha as tão sonhadas minas de ouro espanholas por duas vias- (1) conquistando-as militarmente ou (2) produzindo manufaturas e trocando-as por barras de ouro e prata- seria imensamente preferível a segunda opção¹⁶. Ele entendia que “o comércio, não a conquista é a vocação de seu país” e que ele impulsiona as manufaturas que, por sua vez, garantem o emprego de seu povo. Por outro lado, fazendo um exercício contrafactual, ele imagina que se os britânicos tivessem facilmente acesso às minas de ouro e prata teriam também sua indústria destruída e se tornariam um povo tão “preguiçoso” quanto os espanhóis. Por fim, ele concluiu que um império baseado no entesouramento tem maior disposição para “corromper o governo livre e implantar a tirania”. Esta é uma visão tipicamente whig sobre a natureza que um império deveria ter. Steve Pincus a resumiu nos seguintes termos:

Early-18th-century whigs wanted an empire that promoted manufactures, not an empire that sought to parlay territorial possession into trading monopolies. The whigs believed economic prosperity, and hence political power, was generated by maximising the efficiency and productivity of human labour. The best way to achieve this end was to create an integrated commercial empire. Over and over again whigs condemned the Spanish imperial model (PINCUS, 2012, p. 110).

E, finalmente, sobre o abastecimento de mão-de obra, vale lembrar que tanto holandeses quanto ingleses jamais respeitaram o tratado de Tordesilhas e tiraram vantagem disso. Desde o século XVI, utilizaram, por exemplo, da pirataria como meio de ter acesso à África. No período elisabetano, houveram piratas famosos como Francis Drake e John Hawkins que frequentemente investiam contra o império espanhol (LANE, 2015). A utilização da pirataria também foi um meio de se conseguir os escravos africanos que abasteciam as colônias inglesas. Como foi o caso de William Hawkins (pai de John), muitos piratas ingleses adentraram a África em busca de ouro, mas acabaram por adquirir escravos (ADELMAN, 2015). Nos

¹⁶ Fazendo coro com John Campbell neste ponto.



séculos seguintes, a pirataria inglesa daria lugar a companhias como a *Royal African Company* ou a *South Sea Company* que não só supriam as necessidades britânicas, como também as espanholas por via do *Asiento*. Ao contrário do dependente império espanhol, os britânicos não só investiram na autossuficiência de mão-de-obra, como também lucraram com o tráfico inter-imperial de cativos¹⁷.

A CONSTRUÇÃO DE UM ITINERÁRIO DE DESENVOLVIMENTO

Sob esse prisma, Campbell ironizou sublinhando que a Espanha, com sua política errônea, fez de todos seus inimigos nações ricas em pouco tempo (Holanda e Inglaterra) dos todos seus aliados (França) decadentes. Ele chegou a afirmar que as Províncias Unidas se tornaram livres e independentes ao se rebelarem contra Filipe II e o Duque de Alba, mas também se tornaram ricas e poderosas por causa das longas guerras com a Espanha. Esse é um aspecto pouco explorado nas representações sobre a Espanha e singular no trabalho de Campbell. De mesmo modo, ele lembrou que se Filipe II não tivesse entrado em atrito com a rainha Elizabeth por conta da questão da pirataria, a Inglaterra jamais teria desenvolvido o seu poder marítimo, como o fez. Ele continua:

Our Plantations abroad were in a great measure owing to Expeditions against the Spaniard. Our Manufactures at home were the Consequence of affording Refuge to the King of Spain's Protestant Subjects. When Queen Elizabeth's Successor closed with Spain, he suffered by it, while France, the only Coun- try then at War with Spain, was a Gainer (CAMPBELL, 1740, p. 289)¹⁸.

Ao afirmar que as plantations inglesas eram resultado de expedições contra os espanhóis, Campbell mostra as vantagens de terem os ingleses sido insubordinados à hegemonia espanhola mesmo em seus melhores momentos. O historiador escocês destacou ainda que, nas ocasiões de aliança com a Espanha, tanto a Inglaterra quanto a França saíram prejudicadas. No primeiro caso, a aproximação de James I (Stuart) da Espanha pelo casamento de seu filho Carlos com a infanta Maria Ana de Espanha, bem como, a incorporação do ideário absolutista do direito divino dos reis ao estilo de Jacques Bossuet (SKINNER, 1996) levariam a guerra civil inglesa e ao protetorado de Cromwell. No segundo, sucessão do trono espanhol por

¹⁷ Sobre o tráfico inter-imperial, conferir o instigante trabalho de Leonardo Marques: MARQUES, L. **Um banqueiro-trafficante inglês e o comércio inter-imperial de escravos no Atlântico setecentista (1688-1732)**. In: MATHIAS, C. [et all] (Org.). **Ramificações Ultramarinas: Sociedades Comerciais no Âmbito do Atlântico Luso-Século XVIII**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2017. Neste estudo, o historiador discute os fluxos inter-coloniais de escravos para América espanhola que buscavam principalmente o acesso à prata e, além disso, analisa o contrabando de ouro brasileiro na África Central com a participação de agentes britânicos (mais notadamente, o banqueiro e parlamentar Humphry Morice).

¹⁸ CAMPBELL, J. **A Concise History of Spanish America**. Londres, 1740, p. 289.



Filipe V, Bourbon, fez, segundo ele, a França ver a decadência depois do período glório com Luis XIV. Ao sublinhar que os protestantes espanhóis refugiados na Inglaterra ajudaram a desenvolver as manufaturas inglesas, ele realça a capacidade criativa espanhola (ainda que seja a dos protestantes) e indica que a diferença entre o império espanhol e o inglês foi também uma diferença de projeto. Ele provavelmente argumentaria que a Inglaterra se beneficiou do talento de espanhóis que fugiam de seu próprio reino por lhes dar um ambiente de maior tolerância religiosa e uma política econômica mais aprazível para o desenvolvimento de manufaturas (CAMPBELL, 1740, p. 298).

Um dos fatos que chama atenção no “pé frio” atribuído aos Espanhóis na relação com seus aliados que sempre decaíam é que eles deixavam a estes todo trabalho de manutenção dos territórios conquistados (como a Flandres), era como se à Espanha se reservasse a tarefa da conquista e aos aliados a de de muitas mercadorias, dentre elas e, principalmente, os escravos que, na época do livro (1740), estavam a cargo da companhia inglesa *South Sea Company*.

Neste ponto, cabe ressaltar mais uma vez a tensão entre guerra e comércio. Se no caso dos ingleses, a partir do século XVIII, as guerras eram um meio de impulsionar a economia e o comércio, para os espanhóis até então eram uma fonte de inesgotável de despesas que não fazia nada além de esvaziar os cofres da coroa:

By so long a Series of Mismanagement the Spaniards have brought their Affairs into fo wretched a Situation, that they neither have, nor can have any very great Benefit from their vast Dominions in America. They are said to be Stewards for the rest of Europe; their Galleons bring the Silver into Spain, but neither Wisdom nor Power can keep it there ; it runs out as fast as it comes in, nay, and faster; insomuch that the little Canton of Bern is really richer, and has more Credit, than the King of Spain, notwithstanding his Indies (CAMPBELL, 1740, p. 299).

Dialogando com esse contexto, na segunda metade do século XVIII, a coroa espanhola promoveu uma série de mudanças nas suas possessões ultramarinas, elas foram as reformas Bourbônicas. Após a guerra dos sete anos, e, portanto após a publicação deste livro que agora analisamos, os espanhóis mais fortemente tentaram competir com as outras potências estrangeiras baseando-se em princípios econômicos.

A chave desta tentativa estava em adotar e tentar pôr, de fato, em prática as melhores práticas mercantilistas daquela época, contrapondo-as às de origem feudal e mesmo patrimonial. Para Fernando Camargo, pode-se apontar as principais características dessa reforma como sendo: a) uniformização gradativa do *corpus* jurídico nacional; b) extinção ou enfraquecimento das autonomias regionais; c) tentativa de uniformização e verticalização das cadeias de comando; d) desburocratização de práticas mercantilistas; e) diminuição das

convocações das Cortes; f) estabelecimento de uma nova divisão administrativa territorial (CAMARGO, 2004).

Como bem qualificou o historiador basco Carlos Garriga, os setecentos do império espanhol foram uma época de “protecionismo como projeto” (propostos por ministros e servidores do rei em textos que circulavam à época) e “reformismo enquanto prática” (posto em prática, por exemplo, por Carlos III). Atendendo para o caráter não monolítico nas mudanças que, com atraso, foram iniciadas pelos Bourbons; Garriga destaca que elas foram realizadas pela iniciativa dos soberanos e com empenho de um grupo seletivo de ministros que pensaram as linhas mestras que tiveram sucesso relativo nas Américas (GARRIGA, 2013).

Com efeito, diferentes historiadores viram no reformismo borbônico uma fase superior e final do império espanhol. David Branding (BRADING, 1993) classificou essas mudanças como uma “revolução do governo” que anteciparia as revoluções independentistas, sendo assim a última etapa da colonização. Para John Lynch (LYNCH, 2011), de maneira semelhante, definiu o período como um segundo império espanhol. Por fim, o próprio Garriga, construindo uma instigante frase de efeito, disse: “o reformismo borbônico teria sido um curto-circuito no devir histórico hispano-americano, que terminaria por inflamar as chamas da independência” (LYNCH, 2011).

De todo modo, podemos fazer duas afirmações acerca das reformas borbônicas. A primeira é que ela representou uma descontinuidade em relação à realidade descrita por John Campbell em 1740. A segunda é que os reformadores Bourbons adotaram alguns remédios para enfrentar alguns dos problemas que Campbell estava apontando em sua *Concise History*. Talvez a medida mais enfática nesse sentido tenha sido tomada por Carlos III ao promulgar o *Reglamento y Arances Reales para el Comercio Libre de España a Indias*, de 12 de outubro de 1778.¹⁹ Nas palavras do rei Carlos III, essa foi sua iniciativa pois ele entendia que só “o comércio livre e protegido entre Espanha e suas Índias” poderia recuperar o vigor do império em sua agricultura, indústria e comércio.²⁰ Ele sublinhou as iniciativas anteriores de, por exemplo, franquear portos na Península, nas províncias de Buenos Aires, reinos do Chile e Peru para o comércio por todo império (1765). Mas o rei adicionou que “ainda não satisfeito o amor

¹⁹ Reglamento y Arances Reales para el Comercio Libre de España a Indias, 1778.

²⁰ Ibid, p.1



paternal que [ele] nutria por seus vassalos”²¹ resolveria atender, pela mediação de seus ministros, a demanda para liberdade de comércio para as Américas.²²

Dentre as principais medidas adotadas, destacamos: uma declaração de direitos dos comerciantes, a normatização do funcionamento das aduanas, a adoção de um método eficiente para concessão de licenças para o comércio, uma declaração de direitos dos navegadores, uma política de preços e a permissão que diversos portos na América Espanhola se inserissem no comércio indiano.

Sobre os direitos²³ de comércio, o rei Carlos III escreveu:

[...] con el deseo de facilitar a todos mis Vasallos esta Contratación a las Indias, les concedo entera libertad de los derechos de PALMEO , TONELADAS , San Telmo, EXTRANGERIA, VISITAS, RECONOCIMIENTOS DE CARENAS, HABILITACIONES, LICENCIAS para navegar, y demás gastos, y formalidades anteriores y consiguientes al proyecto del año de 1720 que revoco, y ha de quedar sin efecto alguno en todo lo comprendido por este Reglamento desde su publicación ; reservándome formar el correspondiente para el Comercio y negociación con la Nueva-España y permitir también desde el año inmediato de 1779. que los Registros anuales de Azogues lleven à Vera-Cruz los frutos y manufacturas de estos Reynos, con la misma rebaxa de derechos, o respectiva esencion de ellos, que irán especificadas em esta concesión²⁴.

Como tinha afirmado Campbell, a Espanha, com sua política de fiscalização e segurança de até então, não conseguiu conter o contrabando e ainda gerou uma enorme burocracia, corrupção e insegurança jurídica aos comerciantes de todo tipo. Nesse sentido, em 1720, foi instituído aos comerciantes o direito ao *palmeo*, que era de cerca de 6% e substituiu dois outros direitos pré-existentes. De mesmo modo, ainda no início do século XVIII, as *tonelagens*, *extranjerias* e *San Telmo* chegavam a 35% de cada tonelada (CHAUNU, 1979). A instituição do *Comercio Libre* liberou os vassalos de todos esses direitos.

Com efeito, esse regulamento de fins do século XVIII evidencia a percepção espanhola de que, nas disputas geopolíticas em que estava envolvida, incentivar e desenvolver o comércio era fundamental (CAMPBELL, 1740, p. 292). Ao notar, em concordância com Campbell, que o sistema fiscal de antes de 1788, não impedia o contrabando, mas, ao contrário, dava-lhes um incentivo pela vantagem concorrencial em relação aos

²¹ *Ibid*, p. 2

²² Notemos que essa liberdade ainda não dava permissão para nenhum estrangeiro comerciar diretamente com a América. Mesmo dependente de uma série de mercadorias produzidas por outras nações, só espanhóis (peninsulares ou criollos), e em navio espanhol, poderiam comerciar na América espanhola (ver artigos 1 e 2 do regulamento).

²³ “Derechos”, no vocabulário da época, tinha mais a acepção de taxas e impostos do que propriamente direito no sentido contemporâneo de direitos humanos, civis, constitucionais, etc.

²⁴ **Reglamento y Arancles Reales para el Comercio Libre de España a Indias, 1778, p.10.**



produtos espanhóis; a coroa decidiu, com o regulamento do comércio livre, moderar os encargos e estimular as manufaturas espanholas.

Ademais, um outro ponto que se destaca a partir da tese de Campbell- qual seja, a afirmação de que se depois da conquista a coroa espanhola tivesse investido em comércio e manufaturas, ela teria conseguido com isto a hegemonia européia que em vão tentou conquistar apenas pela via das armas- é a oposição entre as nações que levaram em conta princípios econômicos básicos (Grã-Bretanha e Holanda) e as que não o fizeram (Portugal e Espanha). A nação que controlava o comércio, para Campbell, não deveria temer seus inimigos. Ela seria capaz de manter a sua soberania e frear as ambições das demais potências:

It is impossible then that a British Administration should be at all afraid of such a despicable Enemy ; nay, if France should, in her present Circumstances, join with her, the War must be fatal to both; we may command the Trade, and consequently the Wealth of the Spanish West Indies : and whoever attentively weighs this, will certainly fall into my Sentiments, that how loud soever the French may bark, they will never attempt to bite, for fear of beating out their Teeth²⁵.

Diferentemente, a contraposição entre “nações refinadas”, aquelas cujas riquezas eram baseadas no comércio e nas manufaturas, e as “nações rudes e bárbaras”, expostas primeiramente por Montesquieu e depois disseminada nos meios ilustrados da Inglaterra e da Escócia no século XVIII não enfatizavam tanto o comércio como um garantidor de soberania. Na realidade, o que se sublinhava era a ideia do *doux commerce*, ou seja, que ele refina e suaviza os modos. Como traduziu William Robertson: “O comércio tende a fazer desaparecer aqueles preconceitos que mantêm as distinções e a animosidade entre as nações. Ele suaviza e refina os modos dos homens”. Podemos dizer, enfim, que, a partir das medidas reformistas da segunda metade dos setecentos, a Espanha, ainda que com grande atraso, passou a ser uma nação que se baseava no comércio e numa certa racionalidade econômica.

No mais, como o próprio John Campbell colocou, o relato e a crítica à política comercial espanhola também eram uma espécie de receita para todas as nações do mundo que desejassem ser prósperas (isto é, ao apontar o que estava errado com os espanhóis, ele dizia o que seria o certo para uma nação que se pretendesse próspera). Essa “receita”, exposta em *A Concise History of Spanish America*, pode ser sintetizada nos seguintes elementos: 1) Investir no comércio e nas manufaturas (CAMPBELL, 1741, p. 293); 2) ser capaz de abastecer as

²⁵ *Ibid*, p. 306. Tradução Livre: “É inimaginável que uma Administração Britânica seja ameaçada por esse inimigo desprezível [Espanha], mesmo se a França, no contexto atual dela, se juntar a [Espanha], a guerra será fatal para ambos; nós podemos controlar o comércio, e conseqüentemente a riqueza das Índias Ocidentais Espanholas: e quem quer que pondere com atenção isso, certamente cairá em meus Sentimentos de que não importa o quão alto os franceses possam latir, eles nunca tentarão morder, por medo de batermos em seus dentes.”



próprias colônias e considerá-las como um mercado consumidor (CAMPBELL, 1741, p. 299); 3) tentar fazer com que as guerras gerem mais ganhos do que despesas (a Inglaterra, por exemplo, conseguia tratados que favoreciam seu comércio com as guerras) (CAMPBELL, 1741, p. 295); 4) as metrópoles, além de abastecerem suas colônias com o máximo de artigos possíveis, e, sobretudo, com o principal deles: os escravos; deveriam moderar as regulamentações, as taxas e as licenças (CAMPBELL, 1741, p. 300); 5) conservar um ambiente de tolerância religiosa para mais atrair do que afastar pessoas de engenho (CAMPBELL, 1741, p. 298).

CONCLUSÃO

A verificação desse *itinerário de desenvolvimento* na obra de John Campbell nos remete às reflexões feitas por Michel de Certeau a respeito do caráter heterológico da História e das ciências humanas. Em *Le Lieu de l'autre* (CERTEAU, 2005), o autor francês discorreu que, por mais amplo que fosse o repertório cultural de um autor, seus escritos não seriam nunca universais (MENDIOLA, 2013). Tudo o que ele escrevesse seria dito num dialeto tribal²⁶, que teria sua dimensão social e institucional. No entanto, ao se tomar consciência destas limitações, ele diz, abriria-se a possibilidade de adentrar naquilo que escapa ao saber dos homens: o outro. Nessa linha, ele perceberia que as ciências humanas frequentemente se utilizam de uma epistême clássica para tanto: a representação (OHARA, 2013).

Ao representar o outro, Certeau reflete, seria possível, idealmente, aceitar que o saber sobre ele nos escapa²⁷ e dessa aceitação surgir a experiência de ser transformado pelo conhecimento do diferente. Em outras palavras, o silêncio do eu é que permite o murmúrio do outro. Mas existe um outro caminho onde quem é silenciado é o outro. Analisando estas representações em que o outro é ausente, Certeau se pergunta: “Qual é então o estatuto desse discurso que se constitui falando de seu outro?” Desse questionamento, foi cunhado o conceito de operação historiográfica que, para Certeau, era sempre controlada social e epistemologicamente.

No caso específico de John Campbell, o seu crivo social se evidencia pela perspectiva Whig de suas análises, bastante contundentes, por exemplo, na defesa da tolerância religiosa,

²⁶ De modo semelhante, Nelson Golman afirmava que as histórias-mundo (e o livro de Campbell é uma) e as histórias globais nunca deixavam de ser uma História feita de um ponto específico do globo, de um lugar de fala específico. Ver CONRAD, S. **What is Global History?**. Princeton: Princeton University Press, 2016.

²⁷ Aqui, com sua verve antropológica, ele faz uma analogia com a morte, pois ambos são inacessáveis aos saberes que possuímos.

como também foi o caso de William Robertson, um outro historiador whig. No que tange ao controle epistemológico, Campbell procurou fazer seu texto inteligível para o leitor contemporâneo, mediante a construção de uma historiografia de tipo genealógica, na qual a decadência contemporânea espanhola era explicada pelas escolhas de um longo processo de colonização.

Em conclusivo, podemos dizer que Campbell respondeu a pergunta do início deste artigo, de um lado, silenciando as iniciativas espanholas para desenvolver as manufaturas existentes desde o início do século XVIII e, de outro, dando voz às suas próprias concepções de império comercial. Por último, se ele tivesse que responder diretamente ao problema que colocamos, provavelmente diria que o projeto de expansão espanhol na América e na Europa resultaram: na incapacidade de abastecimento das colônias conquistadas, na ineficiência do combate ao contrabando e na perda das riquezas da América com os gastos nas guerras européias. O quer dizer que o modelo de expansão territorial empregado pelos espanhóis levou a coroa à impossibilidade de gerenciar tão vastas fronteiras e, com a tentativa inócua de fazê-lo, levou: à formação de estruturas político-administrativas ineficazes, à estagnação de seu próprio comércio e, conseqüentemente, à decadência do império.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADELMAN, J. Mimesis and rivalry: European empires and global regimes. **Journal of Global History**, 10, p. 77-98, 2015.

ANDERSON, M.S. **The War of Austrain Succession, 1740-1748**. New York: Routledge, 1995.

BRADING, David A. **Mineros y comerciantes en el México Borbónico (1763-1810)**. México: FCE 1993.

BURKE, E. **An account of the European settlements in America**: in six parts. Londres: 1757.

CAMARGO, F. O Reformismo Bourbônico no Prata (1776/1801). Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica (SBPH) **Anais da XXIV Reunião Curitiba-2004**.

CAMPBELL, J. **A Concise History of Spanish America**. London:, 1741.

CAMPBELL, J. **The Modern Part of the Universal History**. London: 1764.

CAMPBELL, J. **The Present State of Europe**. London: 1750.

CERTEAU, M. **Le lieu de l'autre**; Histoire religieuse et mystique, Paris: Gallimard, 2005.



- CHAUNU, P. **Sevilha e a América nos Séculos XVI e XVII**. São Paulo: Difel, 1979.
- COLLEY, L. **Britons: Forging the Nations, 1707-1837**. Londres: Pimlico, 1994.
- CONRAD, S. **What is Global History?** Princeton: Princeton University Press, 2016.
- CROWLEY, J. Neo-Mercantilism and The Wealth of Nations: British Commercial Policy after the American Revolution. **The Historical Journal**, 33, 1990, pp. 339-360.
- DEFOE, D. **Review**, iv, nº 149, p.595, 1708.
- ELTIS, D. New Estimates of Exports from Barbados and Jamaica, 1665-1701. **The William and Mary Quarterly**, 52(4), 631-648.
- ESCOSURA, L. **Exceptionalism and Industrialization: Britain and its European Rivals, 1688-1815**. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.
- FIGUEIREDO, L. R. **A Corrupção no Brasil Colônia**. In: STARLING, H; BIGNOTTO, N (et all). **Corrupção: Ensaio e Críticas**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2008.
- GARRIGA, C. The limits of the *Bourbon reformism*. The Administration of Justice in Spanish America. **Almanack**. Guarulhos, n.06, p.38-60, 2º semestre de 2013.
- GREENE, J. **Negotiated Authorites: Essays in Colonial Political and Constitutional History**. Charlottsvilles: UVA Press, 1996.
- HIRSCHMAN, A. **As Paixões e os Interesses**. Rio de Janeiro: Editora Record, 2002.
- KAGAN, R. Prescott's Paradigm: American Historical Scholarship and the Decline of Spain. **American Historical Review**. Abril, 1996.
- LANE, K. **Pillaging the Empire: Piracy in the Americas, 1500-1750**. Londres: Routledge, 2015.
- LOCKE, J. **Os dois tratados de governo**. Rio de Janeiro: Martins Fontes, 2005.
- LYNCH, John. **El siglo XVIII: Historia de España**. Barcelona: Crítica, 1991.
- MANDEVILLE, B. **The Fable of the Bees**, 1714, p.178-9.
- MARQUES, L. **Um banqueiro-trafficante inglês e o comércio interimperial de escravos no Atlântico setecentista (1688-1732)**. In: MATHIAS, C. [et all] (Org.). **Ramificações Ultramarinas: Sociedades Comerciais no Âmbito do Atlântico Luso- Século XVIII**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2017.
- MENDIOLA, A. Michel de Certeau: las ciencias heterológicas como teoría de la creencia. **Historia y Grafía**, Universidad Iberoamericana, año 20, núm. 40, enero-junio 2013, pp. 133-161.



- OHARA, J. R. M. **A história como heterologia**: do conceito de História em Michel de Certeau. Dissertação (Mestrado em História) – Departamento de História, Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2013.
- PAMPLONA, M. Considerações e reflexões para uma história comparada das Américas: a respeito do artigo de Jack P. Greene. **Revista da USP**. Nº 4, 2006.
- PIETSCHMANN. Burocracia y corrupción en Hispanoamérica colonial: una aproximación tentativa. **Nova Americana**, No. 5, Torino, Giulio Einaudi editori, 1982, pp. 11-37.
- PIJNING, Ernst. Contrabando, ilegalidade e medidas políticas no Rio de Janeiro do século XVIII. **Rev. bras. Hist.**, São Paulo, v. 21, n. 42, p. 397-414, 2001.
- PINCUS, S. Addison's Empire: Whig Conceptions of Empire in the Early 18th Century. **The Parliamentary History**, 2012.
- POCOCK, J.G.A. **Linguagens do Ideário Político**. São Paulo: Edusp, 2013.
Reglamento y Arances Reales para el Comercio Libre de España a Indias, 1778.
- ROMEIRO, A. **Poder e Corrupção no Brasil**: uma história, séculos XVI a XVIII. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017.
- SEMMELE, B. **The Rise of Free Trade Imperialism**: Classical Political Economy the Empire of Free Trade and Imperialism, 1750-1850. Cambridge: Cambridge University Press, 1970.
- SKINNER, Q. **As Fundações do Pensamento Político Moderno**. São Paulo: EDUSP, 1996.
- SMITH, A. **As Riquezas das Nações**. São Paulo: Editora Nova Cultural Ltda, vol. 1, 1996.
- SWINGEN, A. **Competing Views on Empire**: labor, slavery, and the origins of the British Atlantic Empire. New Haven: Yale University Press, 2015.
- TENENTI, A. **La Edad Moderna Siglo XVI – XVIII**. Barcelona: Editora Crítica, 2003.
- WHITE, H. **Trópicos do Discurso**. São Paulo: EDUSP, 1994.